

Edição nº
4.845

Diretor Responsável:
Wilmar Souza e Silva

(33) 9 8880-2410

CNPJ: 17.709.734/0001-47

DIÁRIO

TRIBUNA

Teófilo Otoni,
quinta-feira, 27 de novembro de 2025

56
Anos
Desde 1969
Diário Tribuna

Copasa mais perto: Agência Móvel atende moradores do Manoel Pimenta

Pensando em ampliar o acesso aos seus serviços, estreitar o relacionamento com os clientes e oferecer uma oportunidade para a população solucionar suas pendências e acessar todos os serviços da Companhia com mais comodidade, a Copasa realizará atendimento por meio da Agência Móvel no Bairro Manoel Pimenta, em Teófilo Otoni, entre os dias 26 e 28 de novembro. **Página 2**



Ação conjunta da PMMG e da PCMG resulta em prisões e recuperação de veículos em Araçuaí

No final de semana dos dias 22 e 23 de novembro de 2025, as polícias militar e civil de Araçuaí receberam a informação de que um grupo de pessoas invadiu o pátio credenciado pelo Detran/MG Kiau Eirelle, localizado no Bairro Santa Tereza. Nesse local, foram subtraídas diversas motocicletas e ciclomotores que estavam apreendidos. **Página 6**



Cemig orienta sobre procedimentos de segurança com a rede elétrica na instalação de enfeites natalinos

Com a chegada do fim de ano, muitas famílias já entram no clima natalino e aproveitam para enfeitar as fachadas dos imóveis, jardins e árvores para celebrar a festa de Natal. E para que tudo seja feito com segurança, a Cemig destaca medidas importantes para que sejam evitados os acidentes envolvendo choques elétricos e curtos-circuitos. **Página 2**



Plano de saúde deve custear tratamento de idosa em BH

Página 3

Projeto de privatização da Copasa está pronto para Plenário da Câmara



Com o aval em 1º turno da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), o Projeto de Lei (PL) 4.380/15, que permite a privatização da Copasa, já pode ser pautado no Plenário. Presidente da comissão e relator da matéria, o deputado Zé Guilherme (PP) havia distribuído cópias do parecer, aprovado na reunião desta terça-feira (25/11/25). **Página 4**

Momento INSS Simulador de Aposetadoria

Página 3

VESTIBULAR 2025/2

Centro UNIVERSITÁRIO
AlfaUNIPAC

ESCOLHA ACREDITAR
EM VOCÊ!

INSCRIÇÕES ABERTAS
unipacto.com.br

(33) 9 9907-7133

Cemig orienta sobre procedimentos de segurança com a rede elétrica na instalação de enfeites natalinos

População deve ter máxima atenção para evitar acidentes envolvendo energia elétrica

Com a chegada do fim de ano, muitas famílias já entram no clima natalino e aproveitam para enfeitar as fachadas dos imóveis, jardins e árvores para celebrar a festa de Natal. E para que tudo seja feito com segurança, a Cemig destaca medidas importantes para que sejam evitados os acidentes envolvendo choques elétricos e curtos-circuitos, que podem causar incêndios e outros danos.

A instalação de ornamentos luminosos em áreas externas merece atenção devido à exposição a elementos naturais, como vento e chuva. Geziane Calixto, técnica de Segurança do Trabalho da Cemig, alerta para a necessidade de proteção dos pontos das conexões e tomadas, além da distância de 1,5 metro da rede elétrica, nos casos de instalação de lâmpadas decorativas em fachadas, muros, jardins e árvores.

“Uma das principais orientações é instalar enfeites em locais fora do alcance das crianças e dos animais domésticos. Em caso de árvores de Natal com iluminação instalada no chão, uma dica é criar uma barreira física com caixas embrulhadas de presentes para impedir o acesso aos enfeites elétricos”, orienta a especialista da Cemig.

Ainda de acordo com Geziane Calixto, instalações feitas de forma incorreta são um grande perigo para a população. Dessa forma, a fixação dos enfeites deve ser feita de forma segura, de acordo com a especificação técnica de cada equipamento e, principalmente, evitando-se as gambiarras.

“São consideradas gambiarras as instalações que utilizam diversos fios e adaptadores (benjamins ou ‘Ts’) para realizar a ligação de diversos enfeites em uma única tomada. Esses dispositivos provocam sobrecarga e, consequentemente, o mau funcionamento dos aparelhos, podendo causar choque elétrico e princípios de incêndio”, ressalta. Ela destaca ainda que os enfeites luminosos devem ser de boa procedência e que obedçam a todos os requisitos técnicos de segurança.



“As pessoas devem adquirir produtos com o selo INMETRO de qualidade. Dessa forma, eles terão a garantia de que os equipamentos foram testados e são seguros. Os produtos sem procedência ou paralelos são um risco e podem causar incêndios ou choque elétrico e por isso são mais baratos. É uma economia que não vale à pena”, alerta. Outra recomendação que deve ser observada é que os enfeites luminosos não podem ser muito antigos. Pelo fato de eles ficarem muito tempo guardados, o seu cabeamento pode apresentar problemas de desgaste no isolamento e provocar curto-circuito.

Atenção com a rede de distribuição - Em caso de instalações em fachadas das

residências, principalmente aquelas com mais de um pavimento, deve-se observar uma distância mínima de um 1,5 metro em relação à rede elétrica. “Além disso, os enfeites devem ficar bem fixados para não se desprenderem em caso de ventania e não se projetam sobre a fiação de rede elétrica, causando acidentes”, reforça. Para aqueles que pretendem enfeitar suas ruas, inclusive os responsáveis do poder público municipal, a especialista em segurança do trabalho alerta que é proibido afixar qualquer enfeite em postes ou quaisquer estruturas da Cemig. (Crédito das fotos: Lucas Nishimoto (foto 1) e Divulgação (fotos 2 e 3) - Fonte: Geziane Calixto, técnica de Segurança do Trabalho da Cemig).

Copasa mais perto: Agência Móvel atende moradores do Manoel Pimenta

Estrutura itinerante leva à companhia ao bairro com atendimento completo sem precisar se deslocar até a agência central

Pensando em ampliar o acesso aos seus serviços, estreitar o relacionamento com os clientes e oferecer uma oportunidade para a população solucionar suas pendências e acessar todos os serviços da Companhia com mais comodidade, a Copasa realizará atendimento por meio da Agência Móvel no Bairro Manoel Pimenta, em Teófilo Otoni, entre os dias 26 e 28 de novembro.

Durante o período de atendimento, das 9h às 16h, os clientes poderão acessar diversos serviços por meio do veículo adaptado da Agência Móvel. Entre as opções disponíveis estão: negociação de débitos com condições especiais, atualização cadastral, solicitação de ligação de água e esgoto, mudança de titularidade, emissão de segunda via de contas, verificação de valores faturados, comunicação de vazamentos, entre outros.

Em destaque, a Agência Móvel oferecerá serviços essen-



ciais, como negociações de débitos e pedidos de religação e ligação de água para a região. Estes atendimentos são cruciais para a população, facilitando a regularização de pendências financeiras e a garantia do fornecimento do serviço nas residências. “A Agência Móvel é a forma que a Copasa encontrou de levar mais agilidade e facilidade no acesso aos nossos serviços e benefícios. É uma iniciativa que aproxima a Companhia da população, permitindo que diversos atendimentos sejam realizados de forma cômoda e rápida, diretamente no bairro, destacou o gerente da Regional Teófilo Otoni, Aldo José Diniz.

Agência Móvel - Esse trabalho faz parte do Programa Engajar para Transformar da Copasa e tem como proposta estreitar ainda mais o relacionamento com seus clientes, oferecendo uma abordagem empática, humana e focada nas demandas dos moradores. Ele é uma parceria das unidades de Desenvolvimento Sustentável, de Relacionamento com o Cliente e de Serviços Comerciais.

Serviço: Agência Móvel da Copasa no Bairro Manoel Pimenta - Teófilo Otoni. **Data:** 26/11 à 28/11 - **Horários:** 9h às 16h - **Local:** Rua vinte e cinco - nº 35, Bairro Manoel Pimenta. (COPASA – Assessoria de Imprensa)



Teófilo Otoni - Situação do abastecimento

A Copasa informa que, devido a uma manutenção operacional emergencial, o abastecimento de água para o bairro São Cristóvão, em Teófilo Otoni, poderá apresentar intermitências nesta terça-feira (25/11). A previsão é que o abastecimento seja normalizado, gradativamente, na tarde desta quarta-feira (26/11). A Companhia destaca que, nesses casos, os imóveis que possuem caixas d'água podem não sofrer impactos. (COPASA – Assessoria de Imprensa).

SIMULADOR DE APOSENTADORIA PARA SEGURADO: saiba como calcular o tempo que falta para se aposentar

Sejam bem-vindos a mais uma edição do MOMENTO INSS. Hoje vamos falar sobre uma ferramenta gratuita disponibilizada pelo INSS que ajuda o trabalhador a descobrir quanto tempo falta para se aposentar: o simulador de aposentadoria. Para explicar melhor como ele funciona, conversamos com Marcos Campos, gerente da APS de Bom Despacho, em Minas Gerais, que vai trazer todas as informações sobre o serviço.

Diário Tribuna - Marcos, é um prazer falar com você. Para começar, o que é o simulador de aposentadoria e qual é a sua finalidade?

Marcos Campos - O simulador de aposentadoria é um serviço disponível, de forma gratuita, para que o trabalhador possa acompanhar o tempo necessário para se aposentar, seja por idade ou por tempo de contribuição. A simulação é feita com base nas informações já registradas no banco de dados do INSS. Lembrando que se trata de uma simulação, ou seja, esta simulação não gera nenhum direito de imediato ao segurado. Para fazer jus aos benefícios do INSS, deve ser feito o requerimento pelo aplicativo MEU INSS ou pela Central 135.

DT - E como o segurado pode fazer essa simulação?

MC - O serviço pode ser acessado pelo aplicativo MEU INSS ou pelo site gov.br/meuinss. Basta fazer login com CPF e senha, digitar na busca “simular aposentadoria” e acessar a tela da simulação. Clicando no ícone do lápis, é possível conferir ou alterar dados, como data de nascimento e vínculos de trabalho, bem como incluir e excluir algum vínculo empregatício.



cio. Depois, é só clicar em “recalcular” para ver o resultado, que mostra quanto tempo falta para se aposentar. O seguro pode, nesse momento, até solicitar a aposentadoria ou baixar um PDF com as informações.

DT - Além de mostrar o tempo que falta, o simulador oferece mais alguma funcionalidade?

MC - Sim. Ele permite calcular o tempo de contribuição, estimar o valor da aposentadoria e apontar quanto tempo falta para atingir as idades mínimas. O serviço apresenta até sete opções de cálculo, tanto para aposentadoria por idade quanto por tempo de contribuição.

DT - O resultado obtido é apenas para consulta e não garante direito ao benefício, certo?

MC - Isso mesmo. O resultado da simulação é apenas uma base de consulta e não garante automaticamente o direito à aposentadoria. Isso porque alguns períodos de contribuição podem não ser computados integralmente ou ter indicadores de pagamento em atraso, e só serão validados, oficialmente, quando o segurado fizer o pedido de benefício. Por exemplo, contribuições de 11% do Plano Simplificado da Previdência Social e recolhimento de 5% do MEI ou facultativo de baixa renda aparecem normalmente na simulação.

Todavia, esses recolhimentos precisam ser complementados para 20% para serem computados na aposentadoria por tempo de contribuição. Já na aposentadoria por idade, estando estas contribuições recolhidas dentro do prazo, podem ser computadas normalmente para fins de carência.

DT - E o que o segurado deve fazer quando a simulação apontar que ele já atingiu os requisitos para alguma regra?

MC - Nesse caso, o segurado pode fazer o pedido de aposentadoria pelo próprio MEU INSS. Pode ser necessário apresentar documentos para comprovar períodos de trabalho e confirmar os dados pessoais. Cada regra tem detalhes específicos, que podem ser consultados clicando nas setas ao lado dos tipos de aposentadoria no arquivo gerado pela simulação.

Nesta edição do MOMENTO INSS, falamos sobre o simulador de aposentadoria com o gerente da Agência do INSS de Bom Despacho, Marcos Campos. Se você quiser saber quanto tempo falta para se aposentar, acesse o MEU INSS pelo site ou aplicativo e faça sua simulação. Encerramos aqui mais um MOMENTO INSS. Muito obrigado por nos acompanhar e até a próxima. (Assessoria de Comunicação Social - SRSE-II - Belo Horizonte - MG - (31) 3249-5025/99679-9101).

Plano de saúde deve custear tratamento de idosa em BH

Usuária precisava de cirurgia de urgência, mas teve o procedimento negado

Uma idosa teve cirurgia de quadril custeada por um plano de saúde que se negou a realizar o procedimento. Além de garantir o tratamento, a decisão da 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) determinou que a paciente receba indenização de R\$ 8 mil, por danos morais. O acórdão negou provimento a recurso da cooperativa de saúde e manteve sentença da 2ª Vara Cível da Comarca de Unaí. O tratamento deve incluir artroplastia, enxerto ósseo, transposição de tendões e sinovectomia de quadril, além da cobertura de todos os equipamentos, órteses e próteses necessários.

A paciente acionou a Justiça porque recebeu negativa de cobertura do plano ao qual é vinculada — mesmo com as mensalidades em dia. Ela foi diagnosticada com coxartrose grave de quadril direito, com indicação de cirurgia de urgência, e risco de perder a mobilidade nas pernas. A operadora de saúde, entretanto, negou o custeio, afirmando que inexistia previsão contratual para esse tratamento e que cláusulas no contrato limitam o rol de procedimentos.



Justiça determinou indenização por danos morais devido à negativa de cobertura (Crédito: Envato Elements / Imagem Ilustrativa)

Em 1ª Instância, o juízo deu ganho de causa à paciente, e a cooperativa recorreu.

Negativa ilícita - Para o relator, desembargador Amorim Siqueira, é considerada abusiva a cláusula em contrato de prestação de serviços médico-hospitalares que exclui o próprio objeto acordado. Conforme entendimento do Tribunal, é ilícita a negativa de cobertura para próteses, órteses, instrumental cirúrgico e exames indispensáveis à cirurgia, mesmo que o contrato seja anterior à Lei nº 9.656/98.

“O contrato de plano possui, em sua essência, a obrigação de prestar todo o serviço necessário e indispensável à manutenção da vida do beneficiário, sendo certo que a dignidade da pessoa humana encontra-se prevista na Constituição da República como princípio fundamental”, afirmou o magistrado.

O relator argumentou ainda que “o plano de saúde deve pagar pelos tratamentos médicos do consumidor que o contratou, salvo exclusões lícitas. Assim, se não há prova em sentido contrário, a operadora tem a responsabilidade, fundada em contrato, de ressarcir o paciente pela cobrança do hospital de despesa de cirurgia.”

Os desembargadores José Arthur Filho e Leonardo de Faria Beraldo seguiram o voto do relator. O acórdão tramita sob o nº 1.0000.25.032461-3/003. (Diretoria Executiva de Comunicação - Dircom - Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG).

DIÁRIO TRIBUNA
(33) 9 8880-2410 (ZAP)

GRÁFICA
módelo

Cuide da sua
Família
com um
Plano de Saúde
Unimed!

Contrate agora!
(33) 3522-6677

ACE Unimed



Projeto de privatização da Copasa está pronto para Plenário da Câmara

Parecer da FFO trata da realocação de trabalhadores da companhia em outras empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pelo Estado

Com o aval em 1º turno da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), o Projeto de Lei (PL) 4.380/15, que permite a privatização da Copasa, já pode ser pautado no Plenário. Presidente da comissão e relator da matéria, o deputado Zé Guilherme (PP) havia distribuído avulsos (cópias) do parecer, aprovado na reunião desta terça-feira (25/11/25).

De autoria do governador Romeu Zema, a proposição autoriza o Governo de Minas a iniciar o processo de desestatização da Copasa, permitindo que o



Estado deixe de ser o controlador da companhia por meio de venda de ações ou aumento de capital que dilua sua participação. A futura empresa deverá adotar o

modelo de corporation, no qual nenhum acionista concentra grande poder decisório. (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

Acordo por rompimento de barragem e atuação de assessorias pautam Cipe Rio Doce

Neste dia 27/11, a comissão realiza duas audiências para tratar da reparação pela tragédia de Mariana

A Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Cipe Rio Doce) vai realizar duas audiências públicas nesta quinta-feira (27/11/25). As duas acontecem no auditório José Alencar. A primeira será às 9 horas e vai ouvir representantes dos 18 territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão sobre o acordo de repactuação firmado com as mineradoras Vale, BHP Billiton e Samarco em 25/10/24 e homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 6/11/24. A partir das 14 horas haverá a segunda reunião, com objetivo de ouvir os relatos sobre os 35 meses de atuação das assessorias técnicas independentes nos territórios atingidos, além de debater com representantes das instituições de justiça a fiscalização do cumprimento das obrigações previstas no acordo.

Embora o acordo seja de 2024 e tenha sido apresentado como um caso de sucesso durante a Cop 30, o assunto é permeado por controvérsias. De um lado, o documento é percebido como um complexo instrumento jurídico que envolveu diversos entes e serviu para fortalecer a governança multisetorial. Em termos financeiros, o instrumento está entre os cinco maiores acordos judiciais da história mundial, por envolver



CIPE Rio Doce debate o novo acordo de Mariana e relação com as assessorias especializadas - Arquivo ALMG - Foto: Guilherme Dardanhan

R\$167 bilhões que deverão ser pagos ao longo de 20 anos.

De outro, a população atingida tem declarado, desde 2024, que o acordo não dialogou com todos os impactados, que há critérios diferentes para classificar os atingidos e que valores e prazos para o recebimento das indenizações não seriam razoáveis. Além disso, moradores também questionam a autonomia para escolher as assessorias técnicas. Para o primeiro encontro, já estão confirmadas a participação de Roberto Lemos Monteiro da Silva, secretário-executivo adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República, Hernandes Moreira Bermudes, coordenador da CIPE Rio Doce; Marcelo Aro, secretário de Estado de Governo, entre outros convidados.

Para a segunda reunião, confirmaram presença Leonardo Castro Maia, promotor de justiça e coordenador-geral do Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres (Nucard) no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Shirley Machado de Oliveira, pro-

motora de justiça e coordenadora adjunta do Nucard/MPMG; Rafael Mello Portella Campos, defensor público e coordenador do Núcleo de Atuação em Desastres e Grandes Empreendimentos (Nudege), e Felipe Augusto Cardoso Soledade, defensor público do Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise.

A comissão - Formada por parlamentares de Minas Gerais e do Espírito Santo, a Cipe Rio Doce promove estudos e atividades de mobilização social para ações de recuperação ambiental da bacia hidrográfica, que abrange 228 municípios e 3,5 milhões de habitantes. Desde o rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, em Mariana (Região Central), o colegiado reúne esforços políticos e técnicos para a reparação dos danos causados pela tragédia. Além de Leleco Pimentel na presidência, a vice-presidência é exercida atualmente pela deputada do Espírito Santo Janete de Sá (PSB). (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

Passaporte Sanitário Equestre moderniza trânsito de equídeos em Minas

Documento substitui a GTA em deslocamentos específicos e simboliza avanço na desburocratização dos serviços ao produtor

Transportar equinos, asininos e muares (cavalos, jumentos, mulas e jegues) no estado, vai ficar mais fácil, rápido e prático. Minas Gerais passa a contar, a partir desta terça-feira (25/11), com o Passaporte Sanitário Equestre, novo documento digital com validade de um ano e adesão facultativa que moderniza o trânsito desses animais dentro do estado.

O passaporte, que substituirá a Guia de Trânsito Animal (GTA) - documento oficial obrigatório para o transporte de animais no Brasil - será administrado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), autarquia vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), em sistema eletrônico próprio, aliando agilidade à manutenção da rastreabilidade e ao controle de doenças em Minas Gerais.

O novo documento poderá ser emitido nas situações previstas no decreto, eliminando emissões repetidas de GTA a cada movimentação do animal dentro do território mineiro. Reunindo dados do proprietário, registros de vacinação, exames laboratoriais e demais informações essenciais para garantir a sanidade dos animais. "Essa é mais uma iniciativa muito importante do Governo de Minas, que alia tecnologia e desburocratização com agilidade na rastreabilidade e controle das doenças dentro do estado. A grande novidade é a eliminação da Guia de Trânsito Animal em cada movimentação", afirmou o vice-governador Mateus Simões.

Avanço construído com diálogo e foco no setor - A construção do decreto foi marcada por um processo participati-



vo e transparente, que envolveu toda a cadeia da equideocultura. Em julho deste ano, foi aberta uma consulta pública para reunir contribuições e garantir uma legislação moderna e aderente às necessidades do setor. "Fizemos questão de ouvir toda a cadeia produtiva. A consulta pública permitiu que cada segmento apresentasse suas demandas, resultando em um instrumento moderno, ágil e alinhado ao que o setor aguardava", destacou o secretário de Agricultura, Thales Fernandes.

Segundo a presidente da Comissão Nacional de Equideocultura e da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador (ABCCMM), Cristiana Gutierrez, foi muito gratificante para ela trabalhar não apenas pela aprovação deste documento no estado, "com o Passaporte, ganharemos agilidade e rastreabilidade, mantendo, é claro, a segurança sanitária. Esse é um grande facilitador para todos nós e, em um futuro próximo, nosso objetivo é interligar todos os estados do país".

O que está previsto no decreto - Segundo a diretora-geral do IMA, Luiza de Castro, o passaporte funcionará como uma espécie de "carteira de identidade" do animal, reunindo em um único ambiente digital todo o seu histórico sanitário e de movimentações. "Esse documento também dá a todos

os proprietários, cavaleiros e criadores a segurança e a certeza de que o cavalo estará sempre em ambientes controlados e em contato com animais saudáveis e constantemente examinados por veterinários autorizados", afirma.

Embora o uso do passaporte seja facultativo, ele passará a substituir a GTA nos deslocamentos previstos pela normativa e será exigido para participação em eventos e atividades específicas realizadas dentro de Minas Gerais. Para sua emissão, o animal deverá possuir identificação individual por microchip implantado sob supervisão veterinária, além de ser necessário que o produtor e o estabelecimento agropecuário estejam com o cadastro regular junto ao IMA.

Entre os dados obrigatórios, o documento reunirá informações de identificação (resenha gráfica e descritiva, pelagem, raça e registro genealógico, quando houver), fotografias do animal, dados do proprietário, procedência, registros de vacinação, exames laboratoriais requeridos em norma, incluindo o exame negativo para Anemia Infecciosa Equina (AIE), com validade de 90 dias, além de todas as movimentações feitas no período. A norma entrará em vigor 180 dias após a publicação. (Imagem: <https://fromsmash.com/yNFLFEIEIa-et/> Crédito: IMA/ Divulgação).

Aprovada concessão de terras públicas a empresas estrangeiras

Mudança na Constituição Estadual visa facilitar atração de investimentos para o Estado

O Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, de forma definitiva, a Proposta de Emenda à Constituição 58/25, que passa a permitir ao Estado conceder terra pública a empresa de controle estrangeiro. O texto aprovado foi o mesmo avalizado em 1º turno, com as alterações propostas durante a tramitação (na forma do vencido).

Assinada por 36 deputados e tendo como o primeiro signatário o presidente da Assembleia, Tadeu Leite (MDB), a PEC altera o parágrafo 247 da Constituição do Estado para retirar a vedação à concessão de terras públicas a empresas controladas por estrangeiros. A concessão



ção é uma modalidade que dá o direito de uso da terra por um período determinado, mediante contrapartidas e obrigações a serem prestadas pelo concessionário, conforme estabelecido em contrato.

A PEC, no entanto, mantém a proibição de alienação, a qual implica transferência definitiva da propriedade de um bem imóvel público, como por exemplo, pela venda. Por não ser necessária

a sanção do governador, a proposição será promulgada pela Assembleia. Conforme a justificativa dos autores, a vedação à concessão a estrangeiros importaria um obstáculo significativo a projetos estratégicos que poderiam impulsionar o crescimento econômico e a geração de empregos em Minas Gerais. (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

Consulta pública sobre decretos de política ambiental e recursos hídricos entra na fase final em Minas Gerais

Envio de contribuições segue até 30/11; proposta de revisão da estrutura e do funcionamento dos conselhos ambientais do Estado



O Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad-MG), informa que se encerra no dia 30/11/2025 o prazo para envio de contribuições à consulta pública que trata da proposta de revisão de dois importantes marcos normativos da gestão ambiental mineira: o Decreto nº 46.953/2016, que organiza o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), e o Decreto nº 48.209/2021, que estrutura o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG).

A consulta tem como objetivo a atualização dos decretos, alinhando-os às demandas atuais da política ambiental e da gestão

hídrica em Minas Gerais. A modernização das normas também busca tornar mais claros os processos deliberativos e aperfeiçoar os instrumentos de governança utilizados pelos conselhos, que desempenham papel estratégico na análise, no acompanhamento e na tomada de decisão sobre temas ambientais no Estado.

O secretário-adjunto de Estado de Meio Ambiente, Leonardo Rodrigues, destacou a importância desta etapa. “A consulta pública para revisão dos decretos do Copam e do CERH-MG está aberta até 30/11. Contamos com a colaboração dos participantes para aperfeiçoar nossos instrumentos públicos e tornar os conselhos ainda mais preparados para os desafios

da agenda ambiental”.

A Semad-MG reforça que o processo de revisão normativa contribui para fortalecer a transparência e aperfeiçoar os mecanismos de participação e gestão, consolidando uma política ambiental mais clara, eficiente e alinhada às necessidades atuais do estado.

As contribuições podem ser enviadas por conselheiros, instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, universidades e demais interessados, por meio de formulário eletrônico disponível no site oficial da Semad-MG, até 30/11/2025, data de encerramento do prazo para envio. Todo o material recebido será analisado pela equipe técnica responsável pela consolidação da minuta revisada.

Sicoob orienta consumidores a aproveitar a Black Friday e o Natal com consciência de gastos

Estratégias simples ajudam a evitar endividamento e garantir compras inteligentes durante a temporada promocional

Novembro de 2025 -

A temporada de compras mais esperada do ano se aproxima. Quem sai à frente é a Black Friday e, logo depois, o período de Natal. Para orientar os consumidores a aproveitarem o período promocional com tranquilidade e segurança financeira, o Sicoob destaca quanto à necessidade de considerar, no ato das compras, conceitos básicos de educação financeira, como controle de gastos e objetivos definidos. Uma pesquisa recente de intenção de compra mostra que 70% dos consumidores já se preparam financeiramente para a Black Friday.

“Quando o consumo deixa de ser uma escolha planejada e vira uma reação de impulso, os meses seguintes podem ficar comprometidos. O papel do Sicoob, enquanto instituição financeira, é orientar para que as pessoas aproveitem as oportunidades sem abrir mão da saúde financeira”, destaca Eduardo Trigueiro, educador Financeiro do Sicoob.

Para aproveitar o período sem comprometer o orçamento, o educador financeiro do Sicoob destaca algumas práticas que podem fazer a diferença na hora das compras: >Planeje com antecedência e liste os presentes e itens realmente necessários; >Defina um limite de gastos e respeite-o. Parcelamentos longos e custos acumulados podem pesar lá na frente, especialmente em janeiro; >Pesquise e compare: preços variam bastante



entre lojas e ao longo do mês; Evite compras por impulso por receio de perder o desconto e adquira somente o que atende uma necessidade real.

O educador financeiro do Sicoob recomenda ainda, a utilização do período de promoção como parte de uma estratégia para as compras de Natal. “A Black Friday é uma oportunidade de aproveitar as promoções para antecipar aquisições de forma consciente. Dessa maneira, o consumidor consegue diluir o impacto financeiro, evitar gastos de última hora e manter o controle do orçamento durante todo o fim de ano”, orienta Trigueiro.

Para facilitar a organização financeira, o Sicoob oferece soluções que acompanham os consumidores durante a jornada de compras. No app Sicoob, é possível monitorar gastos em tempo real, simular compras, controlar limites e acompanhar parcelamentos. A cooperativa também disponibiliza o Cartão Sicoob, que oferece opções de crédito com condições atrativas e benefícios no programa Coopera, que permite acumular pontos e resgatar recompensas. Já produtos como conta poupança e opções de investimento

ajudam a manter as metas financeiras mesmo em períodos de maior consumo.

Sobre o Sicoob - Instituição financeira cooperativa, o Sicoob tem mais de 9,1 milhões de cooperados e está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Oferece serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, dentre outras soluções financeiras. É formado por 323 cooperativas singulares, 14 cooperativas centrais e pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), que é composto por uma confederação e um banco cooperativo, além de uma processadora e bandeira de cartões, administradora de consórcios, entidade de previdência complementar, seguradora e um instituto voltado para o investimento social. Ocupa a primeira colocação entre as instituições financeiras com maior número de agências no Brasil, com mais de 4,6 mil pontos de atendimento, e, em mais de 400 municípios, é a única instituição financeira presente. (Acesse www.sicoob.com.br para mais informações. Approach Comunicação/ Fábio-la Souza – Karina Dorlitz).

Luartes

Lucimar Caitité

Rua Cabo Edson, 82 - São Francisco - Teófilo Otoni/ MG-
Fones: (33) 3522-2205 / 8809-8289 / 9164-2469
E-mail: lucimarcaitite@yahoo.com.br

Lembrança p/ festas
Enfeites e acessórios p/
cozinha
Penduracalhos em geral
Pano de prato bordado a mão
Caixas p/ presentes
Tiaras p/ Criança

Emenda que acaba com referendo para privatização da Copasa é promulgada

Emenda à Constituição 117, originária de proposição de autoria do governador aprovada pelo Plenário, foi publicada na edição do Diário do Legislativo da última quinta (20)

Foi promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e publicada na edição do Diário do Legislativo da última quinta-feira (20/11/25) a Emenda à Constituição 117, que acaba com a necessidade de referendo popular para a privatização ou federalização da Copasa.

A iniciativa teve origem na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/23, aprovada pelo Plenário da ALMG de forma definitiva (2º turno) na Reunião Ordinária do último dia 5/11. Já o parecer de redação final da proposta, último passo para possibilitar a sanção, foi aprovado na Reunião Ordinária da última terça-feira (18).

De autoria do governador Romeu Zema (Novo), a PEC 24/23, promulgada na forma da emenda, dispensa a realização de referendo popular para autorizar a privatização ou federalização da Copasa, para o pagamento da dívida do Estado com a União ou para cumprimento de outras obrigações assumidas em virtude das regras de refinanciamento previstas no Programa de Plano Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag), a exemplo de investimentos obrigatórios em áreas estratégicas, como educação e infraestrutura.

O repasse para a União de recursos provenientes da venda da Copasa faz parte da estratégia do Governo de Minas de abatimento de 20% do saldo devedor, para garantir melhores con-



A PEC 24/23, que deu origem à emenda sancionada agora pela Mesa, foi aprovada em definitivo na Reunião Ordinária do Plenário do último dia 5/11 - Arquivo ALMG - Foto: Willian Dias

dições na repactuação da dívida. Contudo, ao longo da tramitação da PEC 24/23, foi mantida a exigência de quórum qualificado (48 votos favoráveis de deputados) para aprovação de projeto de lei de desestatização.

Na prática, o texto sancionado pela Mesa da ALMG acrescenta o artigo 162 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. Esse artigo prevê que a autorização para transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado de empresa prestadora de serviço de saneamento básico, ou para sua desestatização, para fins de pagamento da dívida do Estado com a União ou de cumprimento de outras obrigações assumidas em virtude de renegociação do mencionado passivo, dependerá exclusivamente de lei específica de iniciativa do governador do Estado.

Tal solução facilitaria a privatização da Copasa, pois dispensaria o referendo previsto no parágrafo 17

do artigo 14 da Constituição do Estado. Parágrafo único acrescentado ao mesmo artigo 162 possibilita aplicar parte dos recursos da venda em um fundo estadual de saneamento básico, a ser instituído por lei, caso ocorra a desestatização da Copasa.

Já tramita na ALMG o Projeto de Lei (PL) 4.380/25, também de autoria do governador, que autoriza o Estado a promover medidas para a privatização da Copasa. Em reunião na última terça (18), a Comissão de Administração Pública adiou a análise da proposição, pois o relator, deputado Rodrigo Lopes (União), distribuiu avulsos (cópias) do parecer, para conceder a outros parlamentares mais tempo para avaliação. O PL 4.380/25 segue na pauta de duas reuniões da mesma comissão, e na de outra reunião da Comissão de Fiscalização Financeira (FFO), todas programadas para a tarde desta segunda (24). (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

Ação conjunta da PMMG e da PCMG resulta em prisões e recuperação de veículos em Araçuaí

No final de semana dos dias 22 e 23 de novembro de 2025, as polícias militar e civil de Araçuaí receberam a informação de que um grupo de pessoas invadiu o pátio credenciado pelo Detran/MG Kiau Eirelle, localizado no Bairro Santa Tereza. Nesse local, foram subtraídas diversas motocicletas e ciclomotores que estavam apreendidos.

De imediato, as forças de segurança iniciaram diligências conjuntas e separadas, que resultaram na prisão de duas pessoas envolvidas e na recuperação de sete motocicletas. As in-



vestigações continuam para identificar os demais envolvidos e recuperar os veículos e ciclomotores que ainda não foram localizados.

As operações reforçam o compromisso das polícias com a segurança da população e a recuperação dos

bens subtraídos, demonstrando atuação efetiva e integrada perante os crimes ocorridos na região. 15ª RPM - 70ª BPM - ARAÇUAÍ - Polícia Militar de Minas Gerais, 250 anos. A força do povo mineiro. Presença que protege.

Polícia Militar prende indivíduo por posse de armas de fogo, em Virgem da Lapa

Na terça-feira (25/11), durante levantamentos e com base em informações previamente repassadas à equipe policial, a Polícia Militar de Minas Gerais, no município de Virgem da Lapa, obteve êxito em prender um indivíduo (62 anos), que se encontrava na posse de duas armas de fogo. A ação ocorreu na comunidade de Jequitibá, zona rural de Virgem da Lapa, onde, após diligências, foi localizada uma espingarda calibre 28, acompanhada de cinco cartuchos do mesmo calibre, além de um revólver marca Taurus, calibre 38.

A atuação rápida e precisa da equi-



pe PM demonstra o compromisso da Polícia Militar com a preservação da ordem pública e com a promoção da segurança da população, retirando de circulação armamentos que

poderiam ser utilizados na prática de crimes. 15ª RPM - 70ª BPM - Virgem da Lapa - Polícia Militar de Minas Gerais, 250 anos. A força do povo mineiro. Presença que protege.

IVAS
INSTITUTO DAS VIAS AÉREAS

Inspirando novos ares!

Gabriel Bezerra Rêgo
Otorrinolaringologia e Medicina do Sono
CRM-MG: 41683

Clínica IVAS
3522-2591
www.ivas.com.br

Plenário limita desconto em folha de servidores acusados de danos ao erário

Aprovado em 2º turno pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) o Projeto de Lei 1.588/20, do deputado Sargento Rodrigues (PL), que altera a Lei 19.490, de 2011, sobre consignação em folha de pagamento de servidor público ativo ou inativo e de pensionista do Estado. A matéria foi aprovada com nova alteração apresentada pela Comissão de Administração Pública por meio do substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

Na forma aprovada em Plenário no 1º turno, o projeto estabelece que o desconto em folha de pagamento de valores destinados a reposição ou indenização ao erário, quando decorrentes de danos imputados ao servidor ou ao militar, somente será admitido após a comprovação

de sua responsabilidade em procedimento administrativo específico. Esse procedimento deverá ser instruído, quando necessário, com laudo técnico de perícia oficial e assegurar, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa.

Além disso, com as mudanças promovidas na tramitação, o projeto também limita a 30% da remuneração líquida o valor máximo do desconto mensal a esse título. O substitutivo aprovado aprimora ainda mais o texto, a fim de assegurar que a consignação em folha de pagamento somente seja determinada, na via administrativa, após a anuência do servidor ou do militar quanto ao valor e às condições da reposição.

Semáforos inteligentes - Também foi aprovado em 2º turno o PL 2.984/24, da deputada Amanda Teixeira Dias



Projeto, do deputado Sargento Rodrigues, amplia garantias a servidores sobre restituição de valores descontada em folha - Foto: Ramon Bitencourt

(PL), que altera a Lei 21.733, de 2015, a qual estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública. Foi acatado o mesmo texto avalizado em 1º turno, já com alterações (vencido).

A proposição acrescenta dispositivos ao artigo 2º da lei para inserir, entre os objetivos da política, o fomento à instalação de semáforos inteligentes em municípios do Estado com

população superior a 150 mil habitantes. Esclarece que tais semáforos são dispositivos de sinalização de trânsito equipados com sensores, câmeras e sistemas de controle automatizado que permitem a adaptação do tempo de abertura e fechamento de sinais conforme o volume de tráfego em tempo real. (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

BLACK FRIDAY
SAÚDE EM DIA

Faça seu plano com o Sind e garanta 100% de desconto na taxa associativa durante 6 meses.

Planos por menos de **R\$4 por dia!**

Temos o plano perfeito para você!

Faça uma cotação
(33) 3086-3600

Unimed SIND

PONTO BASE
SEGURANÇA ELETRÔNICA

Câmera, Alarme, Cerca Elétrica

Festeje e viaje com tranquilidade e deixe seu patrimônio em segurança.

PONTO BASE
Aqui tem segurança!!!

Antes de renovar seu contrato, consulte-nos.

Monitoramento e Rondas 24h
Sistemas On-line
Segurança Qualificada

RUA MIGUEL PENCHEL, 312 - IPIRANGA
TEÓFILO OTONI - MG / Tel.: (33) 3522.5045
CEP.: 39.801-001 - pontobasev@hotmail.com

ABERTO DE SEGUNDA A SÁBADO A PARTIR DAS 7:30

LAVADOR NAAMAN

- Sistema leva e traz
- Lavagem Geral e Parcial
- Ducha
- Polimento
- Cristalização
- Cera líquida em toda lavagem (Grátis)

Contatos:
(33) 98839-1338
(33) 99104-5954

Rua Waldemar Raush - Centro (Beco da Madeireira Loesch)

MATHEUS HANDER A. FROTA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-MG 142267051-1

ESTRUTURAS METÁLICAS
(33) 98803-1119

Pessoa Jurídica:
planos a partir de **R\$ 109,90**

Pessoa Física:
planos a partir de **R\$ 69,90**

Adquira agora o seu Certificado Digital

Entre em contato:
(33) 99928-4987

*Valor promocional do Certificado Digital e CPF AL, válido por tempo limitado.

SIND
Certificado Digital

Reynaldo Neves
Advogados Associados

Reynaldo do Carmo Neves OAB/MG 61.093
Maria Beatriz C. Cicci Neves OAB/MG 49.428

Paula Barreiros OAB/MG 91.601
Júlia Cicci Neves OAB/MG 211.320

Stéfanie de Almeida Santos OAB/MG 211.942

Telefax: (33) 3536-3636
reynaldoneves.advs@uol.com.br

Rua Epaminondas Otoni, 958 - Sl. 207
Centro - Teófilo Otoni - MG
CEP: 39.800-013

Contrate o seu plano de saúde com **Unimed** Três Vales

Carência REDUZIDA
com 30 dias de plano ativo você poderá realizar consultas, exames básicos e especiais.

3ª mensalidade GRÁTIS

3 meses de isenção da taxa de associado

Sorteio de 2 Mil reais todo mês

ACEV Contrate agora! (33) 3522-6677

Vitaly Almeida
Contabilidade & Imobiliária Rural

CRCMG: 8135-0 - CRECIMG: 7407

(33) 3511-1456

Expediente

Um jornal Diário a serviço do Nordeste de Minas - Fundado em 05 de agosto de 1969

Filiado ao SINDJORI - Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais - sindjori@fiemg.com.br - Av. do Contorno, 4.456, Funcionários, Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30.110-028

Diretor Responsável: Wilmar Souza e Silva

Representante em Belo Horizonte: André Francisco Oliveira Silva (98851-0805)

Contábil: Vitaly Almeida & Contadores Associados Ltda vitalyalmeida@gmail.com

Jurídico: Dr. Marcos Ganem Advogados Associados m.ganem@uol.com.br

Colaboradores: Dra. Juliana Lemes da Cruz; Dr. Jeferson Botelho Pereira; Paulo Sérgio Almeida Santos; José de Paiva

Neto; Márcio Barbosa dos Reis; Humberto Barbosa; José Carlos Freire.

Impressão: Artes Gráficas Modelo Rua Marcelo Guedes, 170 - (33) 3522-3070 Cidade Alta - Teófilo Otoni

56 Anos Desde 1969 **Diário Tribuna**

www.diariotribuna.com.br | tribunadomucuri@gmail.com | facebook.com/diariotribuna



Seg&Med CDL

A Segurança e Medicina do Trabalho da CDL

Estrutura completa e equipe especializada, pronta para atender qualquer segmento.

Contrate a Seg&Med CDL e conte com:

- + Treinamentos práticos;
- + Programas e exames;
- + Suporte técnico completo;
- + Serviços pensados para o crescimento e segurança da sua empresa.

CDL Teófilo Otoni

Entre em contato
(33) 3529-1000

Av. Dr. Luis Boelli Porto Salmen, 1370 - Manoel Pimenta, Teófilo Otoni - MG

segmed.cdito.com.br

Conheça o bee

Um **cartão de benefícios** completo e flexível, feito para simplificar a gestão e multiplicar as **vantagens dos seus colaboradores.**

Aceito em mais de 4 milhões de estabelecimentos pela **Mastercard®**, o bee é o match perfeito pra gestão de **benefícios da sua empresa.**

Saiba mais
(33) 3522-6677

ACEV bee



VitalyAlmeida

Contabilidade & Imobiliária Rural

CRCMG: 8135-0 - CRECIMG: 7407

 **(33)3511-1456**



GRÁFICA modelo

(33) 3522.3070 @@graficamodelooficial

Marcelo Guedes, 170 - Cidade Alta Teófilo Otoni - MG

ANESTESIOLOGIA UROLOGIA CARDIOLOGIA

UM SÓ LUGAR,
DIVERSAS ESPECIALIDADES

NEFROLOGIA OTORRINOLARINGOLOGIA GINECOLOGIA ORTOPEDIA

CIRURGIA PLÁSTICA CIRURGIA GERAL CIRURGIA VASCULAR

HOSPITAL PHILADELFA
ACOLHENDO COM MAIS AMOR



INDIANA DROGARIA PERFUMARIA

temos vagas para pcd's!

Nossa empresa acolhe as diversidades, venha fazer parte do time indiana!

Envie o seu currículo com o assunto (PcD) para:
curriculos@farmaciaindiana.com.br



Transporte Legal

É mais seguro e constante, além de render recursos para o município. Gera mais benefícios sociais para você.

VALE DO MUCURY

(33) 4042-2772